



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

29 de novembro de 2017

Ata da Centésima Vigésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e nove do mês de novembro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Zé Roberto, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Jorge Frederico, Júnior



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Evangelista e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 199/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigação a pet shops, clínicas veterinárias e hospitais veterinários informar à Delegacia de Polícia Civil ou especializada, quando constatarem indícios de maus-tratos nos animais por eles atendidos e dá outra providências”; Projetos de Lei número 204/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “dispõe sobre a mudança de nome do Hospital Regional de Arapoema”; Projeto de Lei número 213/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a gratuidade da taxa de abertura do processo de renovação da Carteira Nacional de Habilitação para pessoas com idade não inferior a 65 anos e dá outras providências”; Projeto de Lei número 214/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “institui a Política de Prevenção à Violência Contra Profissionais da Educação da Rede de Ensino do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 215/2017, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação e transparência na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências”; Projeto de Lei número 216/2017, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Itelvino Pisoni”; Projeto de Resolução número 6/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “cria o Dia Solidário da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”; Ofício número 291/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, em resposta ao Ofício número 130/2017, da Presidência desta Casa, em que solicita informações acerca do Projeto de Lei número 40, de 12 de setembro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; e Ofício oriundo da Secretaria do Planejamento e Orçamento – Seplan, encaminhando o relatório de compatibilidade de ações propostas no Cenovo – Comissão Especial de Estudo para o Novo Ordenamento Econômico, Administrativo, Social e Político do Tocantins, e as ações propostas no PPA – Plano Plurianual 2018, ambos em anexo. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 222/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; 223/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e os Requerimentos que receberam os números 2.260 a 2.265. No horário destinado às Comunicações,



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

usaram a tribuna os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Paulo Mourão. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 35/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos urbanos às famílias cadastradas junto à Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TerraPalmas, nos termos que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 216/2017; 37/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar às famílias contempladas no “Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia”, os lotes de terreno urbano unifamiliar que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 207/2017; 29/2015, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico e Outros, que “obriga empresas concessionárias do serviço de água a instalar bloqueador de ar mediante solicitação do consumidor no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 182/2015; 47/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “obriga as concessionárias de serviço público de energia elétrica a disponibilizarem o valor mensal repassado às Prefeituras a título de contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Processo número 69/2017; 73/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “proíbe no âmbito do Estado do Tocantins, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins as que se destina, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 133/2017; 77/2017, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar, que “proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 101/2017; 83/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “torna dispensável a exigência pelo Poder Público Estadual de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 135/2017; 103/2017, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Defensor Público do Estado do Tocantins – DPE-TO, o Senhor Arthur Luiz Pádua Marques”, que deu origem ao Processo número 175/2017; 144/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao atleta Roniedson Andrade de Oliveira”, que deu origem ao Processo número 196/2017; 157/2017, de autoria do Senhor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marx Beltrão Lima Siqueira”, que deu origem ao Processo número 231/2017; e 188/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que deu origem ao Processo número 246/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 1.186, 1.170, 1.171, 1.172, 1.173, 1.174, 1.175, 1.176, 1.177, 1.178, 1.179, 1.180, 1.190, 1.191, 1.192, 1.183, 1.188, 1.189, 1.193, 1.184, 1.185, 1.197, 1.198, 1.201, 1.204, 1.205, 1.195 e 1.196, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário